

Para Lira, previsão de 6% é inconsistente

ESTADO DE SÃO PAULO *Economia - Brasil*
30 OUT 1985

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O ex-presidente do Banco Central, economista Paulo Lira, disse ontem, em Porto Alegre, que o crescimento de 6% da economia previsto para este ano não é consistente, porque se baseia fundamentalmente na eliminação da capacidade ociosa das empresas. Assegurou também que o governo não conseguirá novos empréstimos para continuar "rolando" a dívida externa e defendeu o "desengajamento parcial e temporário do Brasil do sistema financeiro internacional" como a melhor solução não só para o problema da dívida como, especialmente, para as dificuldades econômicas internas.

Por desengajamento o economista entende uma operação em três fases. Primeira: o governo brasileiro, "como devedor soberano, passaria a pagar os juros de sua dívida nos próximos cinco anos capitalizando-os nas respectivas contas de empréstimos". Só não seriam abrangidos por essa decisão os juros sobre empréstimos dos bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento (BID), os bônus do Tesouro Nacional e outras instituições, os financiamentos de importações efetuados por entidades não financeiras, os créditos comerciais e as tomadas fei-

tas no Fundo Monetário Internacional (FMI).

SUSPENSÃO

Na segunda fase da operação, o governo se comprometeria a começar a liquidar integralmente, com entrega de divisas, o principal da dívida mais o valor acrescido pela capitalização dos juros. A terceira etapa seria a absoluta suspensão de contratações de novos empréstimos externos por empresas e instituições sediadas no País. Ao mesmo tempo, os devedores em moedas estrangeiras continuariam pagando normalmente em cruzeiros suas operações de câmbio, de forma simbólica.

Dessa forma, acredita o economista, o País ver-se-ia livre da atual exportação de poupança que está praticando basicamente só para o pagamento do serviço da dívida externa, haveria uma concentração de cruzeiros no Banco Central que permitiria remanejamento da dívida interna, um reforço de poupança e real capacidade de retomada dos investimentos, porque a tendência seria de queda verdadeira nas taxas de juros. Estaria formado o quadro para o crescimento econômico sustentado e queda dos níveis inflacionários, já que, também externamente, o governo, seja por intermédio da administração direta, seja por suas empresas, é, segundo Paulo Lira, o responsável absolutamente majoritário pela dívida.